

É TEMPO DE AGIR

APLICAÇÃO IMEDIATA

DO SUPLEMENTO

DE INSALUBRIDADE,

PENOSIDADE

E RISCO!

Em 1998 foi aprovado um Decreto-Lei que previa a atribuição do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco. Decorridos mais de 20 anos, por responsabilidade de PS, PSD e CDS, este suplemento nunca foi implementado.

Esta é uma aspiração antiga dos trabalhadores que, por razões inerentes ao respectivo conteúdo funcional das suas profissões, nomeadamente a sua natureza, meios utilizados, factores ambientais ou por razões resultantes de factores externos, exercem a sua actividade profissional em situações susceptíveis de provocar um dano excepcional na sua saúde.

Está, pois, na hora de se exigir que de uma vez por todas se avance no plano legislativo, trazendo um mínimo de justiça a estes trabalhadores, que tão importantes são à comunidade.

AO CONTRÁRIO

DO QUEREM FAZER CRER

O Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco não constitui nenhum privilégio mas sim um direito dos trabalhadores, um forte contributo para a dignificação do trabalho e uma justa compensação pelo conteúdo e natureza das funções exercidas.

Nestes tempos de pandemia fica mais claro o valor de alguns serviços públicos, a sua importância e o risco que algumas profissões têm para que possamos viver com o mínimo de normalidade e qualidade.

BASTA DE PALAVRAS OCAS

Depois de meses de palavras calorosas e de palmas a estes trabalhadores por estarem na linha da frente, quando chegou a hora de concretizar essa saudação numa valorização concreta, a iniciativa legislativa do PCP foi reprovada na AR com votos contra do PS e abstenções do PSD, CDS e IL. Já antes no Orçamento do Estado para 2020 estes mesmos partidos tinham votado contra uma proposta do PCP que ia no mesmo sentido.



SEMPRE AO LADO

DOS TRABALHADORES!

Considerando que esta temática já por diversas vezes foi levada à discussão na Assembleia da República, sempre por iniciativa do PCP, e que a continuação desta omissão legislativa implica graves prejuízos aos trabalhadores, o PCP voltou a apresentar um Projeto-Lei no seguimento de uma recente petição que reuniu as assinaturas de mais de 16 mil trabalhadora reivindicar este suplemento.

No Projecto-lei do PCP, para além do respectivo **suplemento remuneratório**, consideram-se as **compensações relativas a duração e adequação dos horários de trabalho**, de **acréscimo de dias de férias** e de **benefícios para efeitos de aposentação**, seja na Administração Pública Central ou Regional, seja nas Autarquias Locais, garantindo condições mais favoráveis aos trabalhadores, por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade.



Q SUPLEMENTO É JUSTO

**REAFIRMAMOS
A NOSSA PROPOSTA**

Na sessão legislativa agora iniciada, o PCP, assumindo o compromisso que tem com os trabalhadores, vai voltar a apresentar a sua proposta na Assembleia da República. Para que esta proposta tenha êxito é necessário dar-lhe a força dos trabalhadores, da sua unidade e luta nos locais de trabalho e nas ruas. **Com a luta e a unidade dos trabalhadores venceremos!**

É PRECISO AVANÇAR NOS SALÁRIOS E NOS DIREITOS!

Não há solução para os problemas nacionais, nem resposta ao desenvolvimento do País, se os trabalhadores não forem respeitados e valorizados.

VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES

Não à exploração!

A LUTA CONTINUA:

- ▶ pela aplicação imediata do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco;
- ▶ pelo aumento geral dos salários para todos os trabalhadores (90 euros por trabalhador) bem como pelo aumento do Salário Mínimo Nacional para os 850 euros;
- ▶ pela correcção da Tabela Remuneratória Única, eliminando distorções;
- ▶ pela devida contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão;
- ▶ pela reposição das carreiras, o respeito pelas profissões e os seus conteúdos funcionais;
- ▶ pela reposição das 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores, independente do vínculo;
- ▶ pela revogação do SIADAP, pondo fim ao arbítrio e às quotas, substituindo-o por um sistema de avaliação transparente, equitativo e justo;
- ▶ pela conclusão do PREVPAP, admitindo todos os trabalhadores com vínculo precário que desempenham tarefas permanentes, incluindo os excluídos deste programa, e acabar com o recurso a formas precárias de contratação na Administração Pública, dando estabilidade aos vínculos laborais.

É NECESSÁRIO DEFENDER E REFORÇAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Com base nos falsos argumentos de sempre, os governos PS, PSD e CDS têm entregado aos privados as partes mais lucrativas dos Serviços Públicos, principalmente nas áreas da Saúde e do Poder Local.

A epidemia Covid-19 veio demonstrar ainda mais a importância do país ter fortes e eficientes Serviços Públicos.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS), apesar da destruição e desinvestimento a que tem sido sujeito, para engordar os grupos privados, foi quem nos permitiu enfrentar esta epidemia com relativa segurança e salvando vidas. Foi assim igualmente nas Autarquias Locais, com muitos trabalhadores assegurando a manutenção de serviços essenciais ao funcionamento da sociedade, prontos a responder a qualquer emergência.

Um dos ensinamentos que fica da actual situação é o da real importância dos Serviços Públicos, e do quanto eles são necessários para salvaguardar a nossa vida e os nossos direitos. Ficou também mais claro que **Público é de todos, privado é só de alguns.**

É necessário e urgente dotar os serviços públicos dos meios e condições para prestarem um bom serviço aos utentes!

CENTENÁRIO

20 PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

1921-2021

Liberdade, Democracia, Socialismo **O futuro tem Partido**



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou contactar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telefone _____ E-mail _____

Recorte e envie para:
Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3-1600-196 Lisboa

pcp.pt ✂
DEP/PCP Set. 2020